

PATRIMÔNIO, COLEÇÕES, ACERVOS E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS: UMA REVISÃO

DOI:

Aline Cristina Gomes Ramos
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Núcleo de Conservação e
Restauração, Espírito Santo - Brasil
aline.ramos@ufes.br
<https://orcid.org/0000-0002-9138-1392>

RESUMO: O presente artigo faz parte de uma investigação maior intitulada *Uma proposta de organização para o acervo artístico do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo* e busca abordar e diferenciar os aspectos que envolvem os termos patrimônio, coleção, acervo e museu pensando na dinâmica das universidades. Existe alguma particularidade para a Museologia no ensino superior? Para isso, explana-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, o entendimento e a abrangência das quatro palavras por meio da discussão de diferentes autores, tanto brasileiros quanto internacionais, que se debruçam sobre a temática, sendo perceptível a prevalência entre eles do tripé acadêmico, de ensino, extensão e pesquisa. Ao fim, é possível apresentar iniciativas isoladas e em rede de profissionais universitários, que visam robustecer o cenário, todavia percebe-se que as práticas cotidianas se mantêm distanciadadas das teorias cada vez mais sofisticadas, demonstrando a necessidade de desenvolvimento de políticas de gerenciamento e de sensibilização da comunidade acadêmica para valorizarem seus bens culturais e os detentores de memória coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Preservação. Cultura universitária. Memória institucional.

HERITAGE, COLLECTIONS AND UNIVERSITY MUSEUMS: A REVIEW

ABSTRACT: This article is part of the research project *A proposal for organizing the art collection of the Arts Centre of the Federal University of Espírito Santo* and seeks to address and differentiate the aspects that involve the terms heritage, collection and museum, thinking about the dynamics of universities. Is there any particularity to Museology in higher education? To this end, a qualitative bibliographical survey explains the understanding and scope of the four words through the discussion of different authors, both national and international, who focus on the subject, with a noticeable prevalence of teaching, extension and research. In the end, it is possible to present isolated and networked initiatives by university professionals, which aim to consolidate the scenario, but it is clear that everyday practices remain distant from increasingly sophisticated theories, demonstrating the need to develop management policies and raise awareness among the academic community to value their cultural assets and the holders of collective memory.

KEYWORDS: University. Preservation. University culture. Institutional memory.



INTRODUÇÃO

É cada vez mais perceptível o valor que vem sendo agregado à documentação de bens do patrimônio cultural, tanto que a temática ocupa boa parte das discussões atuais do campo, seja para elaboração de novas propostas de registro, reuso e releitura do que já existe preservado em arquivos, bibliotecas e museus, ou para incorporação das humanidades digitais. Em outro ponto, esse movimento igualmente atinge as universidades, que aos poucos iniciam um processo de autoavaliação e percebem que também são locais de retenção de objetos culturais e de memória, além da tradicional postura de produtoras. Ao se conscientizarem, as instituições de ensino superior precisam se movimentar para a execução de ações que não lhes são típicas, ou seja, incorporar atividades recorrentes às instituições de preservação cultural.

Nesse sentido, os termos patrimônio, coleção, acervo e museu passam a ser discutidos adjetivados com a palavra universitário e suas variações, o que modifica os significados, os valores e complexifica os primeiros. Notadamente, cresce o número de trabalhos que se debruçam a analisar as coleções, os acervos e os museus universitários, para classificá-los, entender quem são seus agentes, seu poder simbólico, conhecê-los, reconhecê-los como “semióforos”, “objetos” ou “coisas” e cumprir o compromisso de mantê-los para as próximas gerações, já que são entendidos, desde 2013, também como patrimônio da humanidade.

CONTEXTUALIZANDO TERMOS: PATRIMÔNIO, ACERVO, COLEÇÃO E MUSEU UNIVERSITÁRIO

No que concerne ao debate sobre a Universidade, evidencia-se aqui a definição do que vem a ser o seu patrimônio, sobretudo a vocação e o destino de seus acervos e coleções, e os modelos institucionais de gestão, governança e guarda. Salienta-se que esse patrimônio atesta origens variadas, como doações, compras, legados, encomendas, produções da comunidade acadêmica e suas pesquisas de campo.

Segundo a *Recomendação Rec(2005)13, do Comitê de Ministros aos Estados Membros sobre a Governança e Gestão do Patrimônio Universitário*¹, o patrimônio universitário é composto por todos os bens tangíveis e intangíveis que se relacionam com a dinâmica do ensino superior, seja a instituição, a comunidade acadêmica ou o ambiente sociocultural estabelecido. Reflexo do acúmulo de professores, servidores e discentes, muitas vezes não especialistas em práticas de colecionismo, esse patrimônio, em constante formação, demonstra hábitos, valores, vieses e tendências, transmitindo conhecimento e capacidade

1 A Recomendação Rec(2005)13 é um documento que fornece orientações para gestão do patrimônio universitário europeu nos 46 Estados Membros do Conselho da Europa, sendo adotada pelo Comitê de Ministros das Relações Exteriores destes Estados, a partir da deliberação ocorrida na 950ª reunião dos Ministros, em 7 de dezembro de 2005. Partem do princípio de que a gestão do patrimônio universitário deve ser responsabilidade não só das instituições de ensino superior, mas compartilhada com governos e outras autoridades públicas, balizando ações entre os Estados, por entenderem este patrimônio de importância coletiva. A formação em patrimônio, por meio da universidade, é considerada em dupla missão: formar especialistas para atuarem na área, concomitantemente à acumulação de bens, que proporcionam a preservação de valores representativos da vida acadêmica, e da dinâmica de ensino e aprendizagem. Os Estados Membros do Conselho da Europa que adotam a Recomendação Rec(2005)13 são: Albânia, Alemanha, Andorra, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Mônaco, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia. (Recommendation Rec(2005)13, 2005, on-line).

de inovação, além de exercer importante função social dentro da estrutura de ensino, extensão e pesquisa das universidades. Concomitantemente, é patrimônio que também diz respeito a toda sociedade, por desempenhar importante papel na construção e interpretação da sua identidade cultural, intelectual e científica, performada pela comunidade universitária.²

O patrimônio universitário, possuidor de poder simbólico e considerado como integrante da política cultural local, desde que seja compatível com as principais missões da universidade e com as normas deontológicas vigentes, deve ultrapassar os limites institucionais, a partir da divulgação à comunidade não acadêmica, aumentando o acesso ao grande público. Tal raciocínio é corroborado com a identificação do patrimônio universitário como patrimônio mundial, de importância para preservação também para toda a humanidade. Assim, “ainda que haja algumas ressalvas, menciona-se a preocupação em buscar-se o equilíbrio entre a conservação e o acesso, entre o uso corrente e a musealização” (Julião, 2015, p.21), garantindo a salvaguarda, as necessidades de ensino e pesquisa, a expansão da dimensão cultural entre professores, servidores, alunos e sociedade em geral, mas sem trazer prejuízos. Afinal, “não é possível estimular aquilo cuja existência se ignora. Do mesmo modo não se reconhece a existência daquilo que não se abriga, analisa, organiza, recupera e disponibiliza” (Soares, 2020, p.33).

O movimento de consciência do valor do patrimônio universitário, enquanto expoente de cultura, pode ser entendido como recente no Brasil em comparação aos centros internacionais, inclusive justificado pelo neófito sistema de ensino superior do país, datado de meados do século XIX e concentrado nas principais zonas urbanas até a primeira década dos anos 2000. Por isso, iniciam-se discussões quanto a como “manter o potencial intelectual e científico de coleções, espalhadas e integradas a pesquisas em diversos departamentos e faculdades e, ao mesmo tempo, conferir-lhes visibilidade para uma audiência ampliada, de modo a pluralizar suas conexões disciplinares e sociais?” (Julião, 2015, p.22), pensando, assim, que a patrimonialização das coleções demanda a resolução de espaços para acondicionamento, documentação, análise, tratamento, mas igualmente outros para exposição e com condições de acesso. Dessa forma, fica evidente que o patrimônio universitário se encontra dividido em múltiplos locais, formando coleções e acervos com características e históricos próprios, que, algumas vezes, podem originar também um museu. Segundo Panisset (2017, p.43), tal percepção mostra que, para o contexto universitário, “devemos buscar diferenciar um ‘museu’ de uma ‘coleção’, e uma ‘coleção’ de um ‘acervo’, distinções geralmente nem sempre fáceis de fazer. Nas universidades [...], encontramos coleções e acervos em museus, mas [...] em sua maioria, fora dos museus”.

2 Do original: “Heritage of universities 5. For the purposes of this recommendation, the “heritage of universities” shall be understood to encompass all tangible and intangible heritage related to higher education institutions, bodies and systems as well as to the academic community of scholars and students, and the social and cultural environment of which this heritage is a part. The “heritage of universities” is understood as being all tangible and intangible traces of human activity relating to higher education. It is an accumulated source of wealth with direct reference to the academic community of scholars and students, their beliefs, values, achievements and their social and cultural function as well as modes of transmission of knowledge and capacity for innovation”. (Recommendation Rec(2005)13, 2005, on-line).

A partir de 2001, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), com a concepção do Comitê Internacional de Museus e Coleções Universitárias (UMAC), reconhece a prevalência dos termos coleções universitárias e museus universitários como os mais utilizados na literatura do campo, inclusive reafirmando as diferenças entre ambos (Panisset, 2017). Almeida (2001) salienta em sua Tese que, no período, intensas discussões ocorrem para delimitação das nomenclaturas, citando inclusive que pesquisadores australianos propõem as diferenças entre museus e coleções universitários³, a fim de esclarecer futuros encaminhamentos, o que a autora sintetiza em um quadro (reproduzido abaixo).

Quadro 1 – Síntese: Museu e Coleção Universitários

Termo	Significado	Comentário
Museu Universitário (e Galeria)	aquela unidade da universidade que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe objetos, para estudo, educação e apreciação (<i>enjoyment</i>), evidência material das pessoas e de seu ambiente, e que exhibe parte ou toda a coleção em um espaço específico para isso aberto ao público em horários regulares e pode exibir material de outras fontes de vez em quando.	Espaço específico para isso indica que a exposição pode ser vista em um local (não espalhada por todo o campus em corredores ou em uma variedade de espaços multifuncionais; como por exemplo, ocorre frequentemente com obras de arte da universidade.)
Coleção Universitária (e Herbário)	aquela unidade da universidade que adquire, conserva, e pesquisa, para fins de estudo, educação, apreciação, evidências materiais das pessoas e de seu ambiente, as quais estão exibidas de forma limitada ou não expostas . Coleções que são mantidas apenas ou principalmente para uso dos estudantes universitários e que podem ter acesso restrito a eles, podem ser denominadas coleções de ensino .	A intenção é indicar uma coleção de ensino, pesquisa, fonte, referência ou outros, que tem espaço de exposição limitado ou inexistente (inclui a maioria das coleções de arte das universidades sem galeria); e aquelas coleções universitárias cuja função primária é pesquisa e/ou ensino.

Fonte: Almeida (2001, p.31).

Os autores Desvallées e Mairesse (2013, p.33), em *Conceitos-chave de Museologia*, enumeram três conotações possíveis para o conceito de “coleção”, a partir de dois fatores: “a natureza institucional da coleção” e “a natureza material ou imaterial dos seus suportes”. No entanto, trazem antes uma definição geral, bem semelhante a apresentada pela *Recomendação Rec(2005)13* para patrimônio universitário, como um conjunto coerente e significativo de objetos imateriais ou materiais que uma pessoa, ou uma instituição – pública ou privada –, se responsabiliza por agrupar, categorizar, eleger e preservar em segurança, mantendo uma regularidade de comunicação pública.

Assim, o primeiro sentido dado à “coleção” pelos autores supracitados diz sobre a distinção entre a coleção de museu e as outras coleções, uma resposta à banalização do termo. Afirmam que, dentro de um museu, a coleção é origem e fim das atividades, já que reflete a política de aquisição de objetos e a salvaguarda dos mesmos em razão de seu valor de excepcionalidade estética ou educativa, concomitantemente à necessidade de pesquisa dos testemunhos do ser humano e do meio. Apesar dessas características serem igualmente encontradas em coleções alheias ao espaço museológico, Desvallées e Mairesse (2013, p.34) especificam que é, em verdade, “o caráter institucional do museu que prevalece para circunscrever o termo”. Vale ressaltar que a presença da coleção dentro da estrutura institucional do museu cria demandas de gestão, sendo destacada a

³ Trabalho australiano, segundo o referenciado por Almeida (2001, p.30): “The Report of the University Museums Review Committee. *Cinderella Collections: University Museums & Collections in Australia*, 1996: 206.”

importância da documentação, como o inventário escrito, e um sistema de classificação que propicie identificar e encontrar qualquer objeto de forma célere, sendo apontado, por Marianna de Souza Soares (2020, p.38), que o “processo de coleta se torna mais importante que a composição material dos objetos, justamente pela informação que carrega”.

A segunda definição de “coleção” é dita como de perspectiva mais geral, pois inclui as coleções de museu e as privadas, partindo da materialidade dos objetos, do local em que se encontram e do valor simbólico. Por isso, nessa parte do verbete, Desvallées e Mairesse (2013) se valem de Pomian (1987) quando este demonstra que os objetos de coleção são “semióforos”, ou seja, perdem a utilidade ou o valor de troca em prol de serem portadores de significado/ sentido, definindo como coleção “todo conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, submetido a uma proteção especial em um lugar fechado, mantido com este propósito, e exposto ao olhar” (Pomian, 1987 *apud* Desvallées; Mairesse, 2013, p.34).

Os debates sobre a noção de patrimônio imaterial originam a terceira visão quanto à “coleção”, momento em que saberes, tradições, formas de expressão, modos de fazer, celebrações, costumes, performances e instalações efêmeras em arte, são incorporados aos museus e incitam novos dispositivos de gerenciamento. Desse modo, a documentação se torna algo fundamental, já que nesses casos a materialidade é secundária e não consegue comunicar todas as nuances dos bens intangíveis a partir dos objetos.

[A] acepção mais ampla da coleção, como uma reunião de objetos que conservam sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica [...], engloba tanto as coleções mais específicas quanto as coleções tradicionais dos museus, mas também coleções de testemunhos da história oral, de memórias ou de experimentos científicos. (Desvallées; Mairesse, 2013, p.35).

Em certa medida, “coleção”, no âmbito do patrimônio universitário, tem relação direta com a terceira definição apresentada, sendo falado em “coleções universitárias”, termo que alude a coleções que apresentam objetos físicos e audiovisuais, entendendo objetos também como os lugares e as instalações memoriais usadas no ensino, extensão e pesquisa e que pertencem a uma universidade com princípios artísticos, teológicos ou científicos, estando inseridas na instituição, mas, ao mesmo tempo, não totalmente quantificadas e conhecidas pela comunidade acadêmica ou pela geral. (Soares, 2020; Lourenço, 2005).

Isso posto, sabe-se que as coleções universitárias podem ser encontradas em bibliotecas, galerias, museus, reservas técnicas, depósitos, auditórios, salas de aula, espaços administrativos, laboratórios, viveiros, jardins botânicos e que, como dito por Latour, citado indiretamente por Letícia Julião (2015, p.15), são “inscrições – veículos materiais de informação – que fazem a mediação entre dois lugares: a periferia, que corresponde a uma realidade ausente que se quer conhecer, e o centro, o lugar da produção do conhecimento, distante dessa realidade”. As coleções se localizam como e onde estão por múltiplas razões e em variadas intermitências temporais, estabelecendo “uma relação

material e prática, transportando informações de um lugar para o outro, o que permite a um lugar manter-se sob a vista do outro e agir sobre ele, [...] franqueando interpretações, ressignificações, de modo a estabelecer um domínio intelectual [...].” (Julião, 2015, p.15). A formação dessas coleções, com algumas posteriormente culminando em museus universitários, ocorre por razões históricas, políticas ou práticas, como o envolvimento e acúmulo pessoal e continuado de professores, uma destinação de fundos ou uma doação. Assim, as coleções dentro da universidade fomentam ligações entre locais, culturas e temporalidades diferentes, trazendo-as em conjunção para análise e construção de novos conhecimentos. No entanto, é relevante destacar o contraponto já levantado nos parágrafos anteriores, de que as coleções muitas vezes caem no ostracismo. Nesse momento, há uma concordância com Patrícia Muniz Mendes (2020, p.30), que se vale de uma expressão trazida anteriormente por Marta Lourenço (2005), ao explanar que, “assim, as coleções universitárias podem ser consideradas verdadeiras ‘matérias escuras’”, pois estão lá, mas sem mensuração.

Na revisão de literatura, percebem-se três pesquisadoras que sistematizam tipos de coleções universitárias, sendo estas: Adriana Almeida (2001), Marta Lourenço (2005) e Cornélia Weber (2012)⁴. Entre essas, Adriana Almeida tem um estudo focado no campo das artes, enquanto as outras duas discorrem sobre coleções universitárias diversas.

Para Almeida (2001, p.31), as coleções universitárias são a “unidade da universidade que adquire, conserva e pesquisa, para fins de estudo, educação, apreciação, evidências materiais das pessoas e de seu ambiente, as quais estão exibidas de forma limitada ou não expostas”, o que, segundo Mendes (2020), se aproxima do conceito de “coleções visitáveis” presente no Estatuto dos Museus⁵ (2009), ou seja, “conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que *não* apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente” (Brasil, 2009, Art. 6º, grifo nosso). Considerando que o Art. 1º dispõe sobre museus “abertos ao público, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento”, as coleções visitáveis são aquelas não pertencentes ao circuito oficial e institucionalizado de um museu, mas que demonstram “valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural” (Brasil, 2009) e, seguindo o parágrafo único do Art. 6º, “Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.”, preceitos que regem a Universidade. Apesar da aproximação feita por Mendes (2020) ser aparentemente anacrônica, considerando que é sugerida uma ligação entre o que Almeida propõe em 2001 e o Estatuto dos Museus em 2009, e não o contrário, a definição da Lei Nº 11.904 é uma alternativa de classificação dentro da legislação vigente que abrange a diversidade de coleções no âmbito universitário.

4 Os outros autores consultados também remetem a uma dessas três fontes na construção de seus trabalhos sobre acervos, coleções e museus universitários.

5 Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Em relação a Lourenço (2005, p.34, tradução nossa)⁶, seguindo as proposições que consulta de Hamilton (1995), ela oferece a seguinte tipologia para as coleções universitárias, ressaltando que estão excluídas daqui as coleções de arte, por considerar que não se enquadram precisamente em uma dessas categorias:

a) coleções de pesquisa: concebidas a partir da acumulação durante processos de pesquisa, sendo efeito secundário do trabalho investigativo, ou organizadas de forma deliberada, a fim de dar apoio;

b) coleções de ensino: estruturadas para subsidiar o aprendizado de disciplinas que dependem dos exemplos em coleções;

c) coleções de objetos históricos de ensino e pesquisa: conjuntos de exemplares já em desuso e, portanto, recebendo importância histórica por terem anterior utilidade para fins de ensino e pesquisa. Pode-se considerar, em parte, também o resultado da obsolescência das duas coleções anteriores, destacando-se instrumentos, equipamentos e espécimes organizados;

d) coleções de história universitária: refletem o complexo da comunidade acadêmica e suas dinâmicas socioeducacionais ao longo da história da instituição de ensino superior, inclusive com o destaque de personalidades (coleções de *memorabilia* universitária).

Weber (2012, on-line, tradução nossa)⁷, por sua vez, também identifica essas cinco diferentes categorias das coleções universitárias, além de descrever que várias universidades têm tipos específicos de coleções que não se alinham aos requisitos das classes ordinárias de museus, como: “aquário, terrário, zoológico, jardim botânico, herbário, geoparque, jardim geológico, arquivo sonoro e observatório”. Weber acrescenta que essas coleções podem ser desdobradas em outras mais especializadas e de acordo com sua função, sobretudo para subsidiar ensino e pesquisa. Assim, a autora discrimina sobre:

a) coleções como base material primária para pesquisa e ensino: nesse caso, os objetos são utilizados como início para a investigação científica, e, por outro lado, de modo a serem estudos de caso visuais durante as atividades de ensino, sendo que, para várias disciplinas, a existência de uma coleção é fundamental, por só assim possibilitar a prática de experimentos;⁸

6 Do original: “There are many possible typologies of university collections. I propose the following working typology, based on Hamilton (1995) [...]. a) research collections: collections that originally result from collection-based research or were organized to support it; b) teaching collections: collections that were originally organized to support collection-based teaching; c) collections of historical teaching and research objects, or simply historical teaching and research collections: collections of historical instruments, other equipment and specimens formerly used for teaching and research that were organized in collections after becoming obsolete; d) collections of university history: collections of university memorabilia and student life, as well as biographical collections related to a personality (e.g. a former rector, professor or student). University art collections will be addressed in more detail below because some fall within these categories”. (Lourenço, 2005, p.34)

7 Do original: “In categorizing university collections, we can identify five different types: research collections, teaching collections, combined teaching and research collections, historical teaching and research collections that are no longer in use, and other collections that were not established primarily for the purposes of teaching or research. In the latter category, we will especially find collections concerned with the history of a university or with bequests. In addition, various universities have special kinds of collections that are academic facilities and cannot be subsumed under the usual museum categories: aquarium / terrarium / zoo, botanical garden / arboretum, geopark / geological garden, herbarium, campus prison, sound archive and observatory”. (Weber, 2012, on-line)

8 Do original: “The Collection as a Primary Material Basis for Research and Teaching – For the establishment of numerous academic disciplines, the creation of a collection was of vital importance because it constituted the discipline’s real working basis for research and teaching. On the one hand, the material objects were used as a starting point for scientific work, on the other hand as visual examples in teaching.” (Weber, 2012, on-line)

b) coleções como arquivo: após cessarem o uso em ações didáticas ou de pesquisa, as coleções podem adquirir importância histórica e reterem em si propriedades de um arquivo para consulta;⁹

c) coleções como laboratório: condição em que os objetos são analisados, comparados e usados em experimentos. Diferente das coleções anteriores, após o término dos estudos não são necessariamente preservadas, apesar do caráter histórico;¹⁰

d) coleções como sala de aula permanente: há disciplinas em que o ensino é também estruturado a partir de coleções de *naturalia* e *artificialia*, como coleções botânicas, zoológicas e de ciências da terra. No entanto, os estudos culturais igualmente se beneficiam com essas coleções didáticas, como a arqueologia, a história e a antropologia, e constituem um dos pilares da instrução acadêmica;¹¹

e) coleções temáticas de apoio pedagógico temporário: coleções de ensino para áreas específicas de interesse transitório e usadas apenas por um período limitado;¹²

f) coleções históricas para estudos em História da Ciência: as universidades retêm as coleções que não servem mais aos objetivos originais de pesquisa e ensino, mas que são significativas para a documentação da história de um campo, de uma disciplina, e que posteriormente transformam-se em objetos de pesquisa em si. No caso, a autora destaca as coleções para História da Ciência, compostas por máquinas, instrumentos, modelos, dentre outros;¹³

g) coleções como lugar de exposições: no passado as coleções universitárias permanecem frequentemente abertas ao público em geral para visitação, sendo questionado pela autora se são o incremento das pesquisas e o uso das coleções para ensino que limitam, paulatinamente, o acesso aos objetos.¹⁴

Almeida (2001), Lourenço (2005) e Weber (2012) trazem muitos pontos em comum para tipologia das coleções universitárias, sendo o tripé, ensino, extensão e pesquisa transversal em todas as descrições. As coleções servem ao conhecimento, concomitantemente são resultado dele. De modo geral, pode-se resumir como trajetória e característica

9 Do original: "The Collection as Archive – Even if a scientific collection no longer plays a central role in research and teaching, it may still be valuable as an archive." (Weber, 2012, on-line)

10 Do original: "The Collection as a Laboratory – Collections can serve as a kind of "laboratory " in which objects are observed, compared, and used in experimental investigations.[...] After the experiment has been completed, such objects are merely of historical interest; therefore, many of these collections are not maintained, whereas collections of the first category usually are preserved." (Weber, 2012, on-line)

11 Do original: "The Collection as a Permanent Academic Classroom – In some disciplines, teaching is based not only on written and visual records, but also on collections of *naturalia* and *artificialia*. Therefore, special collections have often been established and study rooms set up with botanical, zoological and earth science collections, especially in natural history faculties. [...] In the field of cultural studies, especially in archaeology, teaching collections constitute one of the foundations of academic instruction, albeit with varying degrees of emphasis." (Weber, 2012, on-line)

12 Do original: "The Thematic Collection Providing Temporary Teaching Support – In many disciplines, teaching collections were established for specific thematic fields that once were of topical interest and that were only used for a limited period of time. Transitory interest has characterized the history of many model collections, for example in the case of mathematical models." (Weber, 2012, on-line)

13 Do original: "The Historical Collection as a Source for Studies in the History of Science Universities also own many so-called historical collections that no longer serve their original research or teaching purpose, [...] Such a collection, that documents a field's historical development, is not only significant for the development of an academic discipline's identity, but may also serve as a source for investigations into the history of science and can thus become a subject of research itself." (Weber, 2012, on-line)

14 Do original: "The Collection as a Place for Exhibitions - Often university collections were (and still are) referred to as museums. But in the course of history, this term has been used to describe a variety of things: [...] Thus what used to be described as a "museum" may not always correspond to the current concept as defined by the ICOM. And, in contrast to today's practice, in the past university collections were often open to outsiders. [...] From today's perspective, this practice raises the question of whether it was the increasingly active and intensive use of collections in teaching and research that led to excluding the general public." (Weber, 2012, on-line)

principal das coleções universitárias o fato de terem, no início, alguma função didática prática, prevalecendo esta durante um tempo e podendo ser transformada em uma função didática histórica e repositório da memória.

Essa trajetória também é comum a alguns itens das coleções de arte, curiosamente não inseridas nas tipologias pelas autoras de forma direta, mas atendendo a aspectos de várias das categorias estipuladas, pois as coleções de arte têm origens e propósitos mais diversos do que outras coleções universitárias, sendo difíceis de categorizar (Lourenço, 2005). As obras de arte carregam questões como excepcionalidade, exemplar único, possuidoras da “aura” que as tornam distintas como coleções e pensadas mais facilmente como semióforos. Todavia, objetos de outras coleções universitárias podem igualmente transitar para coleções de arte, como um espécime etnográfico, um equipamento antigo com design singular, sendo uma questão de tempo, apreciação, pesquisa e interpretação dos profissionais envolvidos com os processos de classificação. Assim, Lourenço (2005, p. 40-41, tradução nossa) delimita cinco categorias para as coleções universitárias de arte, em que se nota a mescla ou a correspondência das coleções universitárias gerais:

a) Coleções de arte relacionadas com a história da universidade: trabalhos com valor documental para a trajetória da instituição de ensino superior e relacionados com a categoria “coleções de história universitária”, sendo, dentre outros, desenhos e pinturas de prédios, retratos e bustos de docentes, brasões, representações de cenas acadêmicas. Frequentemente, carecem de documentação sobre a aquisição e, às vezes, a identidade do artista;¹⁵

b) Coleções de arte decorativas expostas em gabinetes e áreas públicas: essas coleções de arte estão entre as mais antigas coleções em universidades e, quando a disciplina história da arte surge como um campo de estudo no século XIX, muitas são reorganizadas para o ensino. Além disso, veiculam uma imagem institucional destacada e geram uma ambiência esteticamente agradável e de estímulo para aprender e estudar;¹⁶

c) Coleções de arte associadas à história da arte, arqueologia ou artes plásticas. Existem três subcategorias: 1) coleções representativas de um determinado período na história da arte; 2) coleções de modelos, também utilizadas no ensino da arte clássica e arqueologia; e 3) coleções de referência de materiais e técnicas. Por serem didáticas, os estudantes podem desenvolver pesquisas, a partir do exame e estudo dos originais ou das réplicas, e aos curadores são oportunizadas as montagens de exposições, incluindo organização de catálogos. Enquanto as coleções anteriores tendem a ser dispersas, “coleções visitáveis”, essas são tipicamente mantidas em um espaço dedicado e acessível,

15 Do original: “1. Art collections related to the history of the university: portraits and busts of rectors and professors, paintings and drawings of buildings, etc. These often lack documentation on who commissioned or donated them and when. Even the identity of the artist may be unclear at times. These works have documental value for the university’s history and resort in the category ‘collections of university history’ as defined above.” (Lourenço, 2005, p.40)

16 Do original: “2. Decorative art collections displayed in cabinets and public areas in order to provide a pleasant and inspiring environment for learning and study and simultaneously project a prestigious institutional image. Although possibly more common in the USA and Australia (Coolidge 1966), decorative collections are not rare in European universities. Purely decorative art collections are outside the scope of this study given that they are no different from art collections owned by private foundations, insurance companies, embassies or banks. However, art collections are among the oldest collections in universities and when history of art emerged as a field of study in the 19th century, many purely decorative collections were reorganised for teaching purposes.” (Lourenço, 2005, p.40)

como galeria ou museu. Se relacionam às categorias de “coleções de ensino”, “coleções de pesquisa” e “coleções combinadas de ensino e pesquisa”;¹⁷

d) Coleções resultantes de obras de arte feitas por estudantes ou professores: com frequência, os trabalhos artísticos dos estudantes são o resultado de processos formais de avaliação, que se somam aos esboços e experimentos de docentes. Embora estas coleções possam ser utilizadas como documentos de história da arte, como primeiras obras, elas também representam provas materiais do processo de criação artística e seu desenvolvimento gradual (“coleções de história universitária”);¹⁸

e) Coleções de arte para apoiar a pesquisa em campos distintos: coleções bem diversificadas, geradas para atender objetivos específicos como desenhos, esculturas e pinturas réplicas/ falsificações de grandes ícones da história da arte; obras de arte feitas por pacientes psiquiátricos; coleções de arte infantil para o ensino da criança (“coleções de ensino”, “coleções de pesquisa” e “coleções combinadas de ensino e pesquisa”).¹⁹

Após as descrições das tipologias das coleções de arte universitárias, Lourenço (2005) conclui que essas também atendem aos requisitos das coleções de pesquisa e de ensino, assim como das coleções de história universitária, contribuindo para a construção e transmissão de conhecimentos em seus próprios domínios de estudo, além de serem fundamentais exemplares da *memorabilia*. Nesse contexto, portanto, as coleções de arte favorecem o seu uso na prática de ensino das Artes Visuais, História da Arte, Museologia e Conservação, fato particularmente curioso se for considerado o trazido pelas autoras Almeida (2001), Lourenço (2005), Weber (2012) e Panisset (2017), que afirmam que as coleções de arte se iniciam antes do que todos esses cursos citados, por princípios meramente decorativos e que são aos poucos organizadas para o ensino e à pesquisa. Infere-se que, ao serem também coleções de arte decorativas expostas em gabinetes e áreas públicas, atendem igualmente à extensão, pois, ao estarem visíveis em ambientes não formais de exposição, atingem um público ampliado de frequentadores regulares e ocasionais da universidade, que dificilmente teria contato com exemplares artísticos.

17 Do original: “3. Teaching art collections associated with the history of art, archaeology or fine arts. There are three sub-categories: a) collections representative of a given period in the history of art; b) collections of casts (moulages), also used in the teaching of classical archaeology; and c) reference collections of materials and techniques [...]. Apart from examining and studying the originals or replicas, students may also be asked to write monographs and curate their own exhibitions (including selecting works and compiling the catalogue). More often than type 1. and 2., which tend to be scattered, these collections are typically kept in a dedicated space (gallery or museum) to facilitate access.” (Lourenço, 2005, p.41)

18 Do original: “4. Collections resulting from works of art made by students or professors,[...]. Often, students’ art works were the result of formal evaluation processes. Therefore, the paintings, drawings and sculptures were considered by the university exactly like exams in physics or biology and archived for a given administrative period (typically five years). A significant part of the art collection of the Faculty of Fine Arts at the University of Porto is the result of these formal exams. The same with the collection of the Birmingham Institute of Art and Design at the University of Birmingham: “it is primarily an art collection of staff and student works” (Everitt 2002). Although these collections are normally used for research in the history of art and design, there is no doubt that they have an experimental nature. They are certainly documents in the history of art, but being first works, they also represent material evidence of the process of artistic creation and its gradual development.” (Lourenço, 2005, p.41)

19 Do original: “5. Art collections to support research in distinct fields, for example the drawings and sculptures at the Cesare Lombroso Collection, University of Turin, or other art works done by psychiatric patients. Some universities often collect and maintain (and sometimes display to the public) collections of children’s art for the teaching of child development (e.g. University of Madrid, University of Macquarie, Australia). A particularly interesting example is the Museum of Fakes at the University of Salerno, Italy. The collection is part of the Centre for the Study of Forgery, created in 1990 by the sociologist Salvatore Casillo, a sociologist who researches the ‘technology, motivation and culture of forgery’ (Williams 2004). As Casillo pointed out: “We only collect fakes. The better the fake, the better for us”. The Museum has copies of Botticelli’s, De Chirico’s, Greek and Roman sculptures and hundreds of other falsifications produced in Italy.” (Lourenço, 2005, p.41)

Retomando um apontamento feito anteriormente por Panisset (2017), deve-se fazer a discriminação de coleção, acervo e museu, termos muitas vezes utilizados como sinônimos. Acima, se debruça sobre pontos relativos à coleção, onde se percebe que há a intenção de reunir os objetos similares ou que têm relações entre si, formando um conjunto ordenado “de coisas da mesma natureza, reunidas para fins de estudo, comparação ou exposição, ou apenas pelo desejo e prazer de colecioná-las” (Michaelis, 2024, on-line), em prol de um princípio/ finalidade coerente. Os acervos, por sua vez, apesar de origens semelhantes em alguns momentos às das coleções, seja a partir de obras doadas, aquisições ou salões de arte, destacam-se pela reunião de objetos feita de forma não intencional, inclusive podendo ser formados pelo conjunto de várias coleções, resultando em um grupo bem mais amplo e heterogêneo, referenciados por um local ou tema e podendo ou não ser institucionalizados. Fato é que os acervos e as coleções podem existir afiliados ou não a uma instituição museológica, mas os museus são sempre portadores de acervos e coleções (Lourenço, 2005).

Assim, para discutir o conceito de “acervo universitário”, Panisset (2017, p.74) propõe o reuso das questões de Peter Stanbury (2000, p.6): “O que torna as coleções universitárias únicas, tanto no campus universitário quanto entre um grupo maior de museus ‘comuns’? Por que os museus universitários são especiais?”, iniciando uma tentativa de resposta com aspectos já elencados aqui anteriormente, sobretudo de que a compreensão de acervos, coleções e museus universitários se sustenta no entendimento sobre a configuração institucional, com missão, objetivos e políticas para atender a dinâmica das universidades e o contexto acadêmico, pois os agentes de formação, gerenciamento, negligência, descarte e dissociação de objetos são professores, estudantes, servidores e terceirizados da instituição, sem ter, obrigatoriamente, a presença de profissionais especializados no manejo de acervos. Desse modo, o “*habitus*” (Bourdieu, 1983) daqueles indivíduos que formam a comunidade acadêmica é determinante para estabelecer coleções distintas, próprias e com relações intrínsecas com o grupo e com o lugar, que distinguem e personalizam os acervos, inclusive em uso.

Considerando que, apesar da semelhança no processo de aquisição de objetos para formação de coleções e acervos universitários, inclusive o segundo podendo ser a junção das primeiras, as razões pelas quais as universidades possuem acervos são bastante variadas. Por isso, para cumprir o princípio de indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, demanda-se uma política de preservação bem estruturada e com a incorporação das relações de extroversão e publicização, típicas da museologia. Ainda, a complexidade dos acervos faz com que coleções oriundas de atividades de ensino e pesquisa estejam juntas àquelas doadas pelo público geral, como exemplo do espólio de artistas ou de intelectuais, já que o “poder simbólico” (Bourdieu, 1989) da universidade a confere um caráter de fiel depositário, sendo os itens incorporados sem um projeto científico.

É evidente, pelo discorrido até agora, que as coleções e os acervos universitários se formam de maneira apartada à dimensão patrimonial, ou seja, sem considerar, muitas

vezes, a sua preservação ao longo do tempo e de que são ativos com valor monetário. Por isso, rotineiramente estão excluídas do arrolamento de bens da universidade, o que, no caso de coleções e acervos artísticos, é bastante temerário. Quando perdem o interesse para atividades de ensino ou pesquisa, ou há a alteração do quadro de docentes e servidores, as coleções e acervos podem ser negligenciados com o esquecimento, a dissociação e a alienação, sendo desmembrados sem referências documentais por vários ambientes do campus, reservados em depósitos ou descartados. Tal fato é salientado por Lígia Ketzer Fagundes (2019), que aponta que a maioria das universidades não possui políticas direcionadas para o funcionamento dos próprios espaços museológicos, coleções e acervos, destacando que, não raras vezes, as administrações desconhecem as suas existências, deixando a cargo de arranjos departamentais e sem a devida salvaguarda por parte da instituição.

As coleções e os acervos podem, como dito, levar à organização de um “museu universitário”, sendo esse um conceito de difícil definição, assim como o entendimento da sua logística híbrida, que mescla aspectos das instituições museológicas e das universidades ou, como afirma Gil (2005, p.46), que apresenta “características específicas que fazem com que atravesse transversalmente a tipologia museológica”.

Uma das primeiras e mais citadas referências na construção do termo “museu universitário” é dada, novamente, por Almeida (2001, p. 10), que diz que o museu universitário é “caracterizado por estar parcial ou totalmente sob responsabilidade de uma universidade – salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico”, sendo que suas funções “estão ligadas à história da universidade, da formação da coleção e da região em que se localiza. Esses fatores, aliados às políticas de ensino, pesquisa e extensão das universidades, são fundamentais para a construção do perfil do museu” (2001, p.27).

Considerando as funções básicas dos museus trazidas por Almeida (2001, p.31) – colecionar, conservar, pesquisar, interpretar e expor –, pode-se questionar, de acordo com Fernanda Albuquerque e Marília Frozza (2019), qual a importância de ter o desenvolvimento delas no ambiente acadêmico, ou seja, por que ter um museu em um meio universitário? As autoras tentam responder com as conclusões do estudo de Laurence Vail Coleman (1942), de que o museu universitário, ao ser projetado como local de estudo, trabalho e pesquisa, possibilita que as coleções e as dinâmicas relacionais estabelecidas entre elas suscitem novas formas de articulação do pensamento, sem um modo afirmativo de discurso, mas como indagações e possibilidades, gerando, conseqüentemente, a progressão do saber.

Assim, os museus universitários são gerenciados e estão presentes nas instituições de ensino superior estaduais, federais e particulares, dentro do campus ou dispersos em outros locais, com dimensões e temáticas diversificadas, além de múltiplas configurações de equipe técnica, tanto em quantidade quanto em capacidade de trabalho. Apesar da notável heterogeneidade de tipos e especificidades, segundo Maria Cristina O. Bruno (1997, p.47), “o que os une é a cumplicidade com o ensino, pesquisa e extensão”.

Almeida (2001) igualmente contextualiza que a distinção do museu universitário se caracteriza pela sua indissociável articulação com os princípios da universidade, sobretudo no já comentado tripé, que se manifesta em atividades de educação, cultura e outras científico-documentais, algo que Emanuela Sousa Ribeiro (2013, p. 90) acrescenta como “o sistema de valores, modos de vida e função social das universidades”, sendo esses também responsáveis pela constituição de coleções e acervos. Assim, “as universidades combinam intrinsecamente e dinamicamente a criação do conhecimento e sua disseminação. Essa característica confere aos museus e coleções universitárias uma articulação única entre objetos e conhecimento” (Lourenço, 2005, p.3, tradução nossa)²⁰.

Desse modo, os museus universitários lidam com a inseparabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, mas também com os princípios concernentes aos processos contemplados com a musealização dos objetos e consequente publicização e extroversão, seja para pesquisas ou por meio de exposições, e a necessidade de documentação e preservação. Ao compartilhar coleções e acervos, recursos ativos de ensino e pesquisa também para um público mais amplo, as universidades ratificam seu papel cultural, disseminando o patrimônio universitário na forma de registros históricos únicos. Museu e universidade, segundo Lídia Maria Meirelles (2015), são baseados na vivência, produção e difusão de novos conhecimentos, além de incentivarem o pensamento reflexivo e, por isso, concluindo com Maria das Graças Ribeiro (2007):

Os museus universitários, embora apresentem aspectos semelhantes, detêm características que os diferenciam dos demais, inserindo-se em um contexto transmuseal. A *produção de conhecimento* pelos museus universitários, que além da difusão, permitem evidenciar o processo de construção do saber, a *formação profissional*, refletida na interdisciplinaridade estrutural e funcional e a *reflexão crítica, o debate e as ações* que promovem e/ou levam à compreensão das mudanças socioculturais da sociedade contemporânea são alguns diferenciais que, por sua vez, aumentam sua responsabilidade social, reforçando o seu papel perante as universidades e a sociedade, ao mesmo tempo em que os tornam co-responsáveis pelo desenvolvimento cultural, científico e tecnológico [...] (Ribeiro, 2007, p. 22-23, grifo da autora).

É típico dos museus produzir e sistematizar o conhecimento, sendo responsáveis pela socialização desses processos e de seus resultados, ou seja, apresentam uma nítida justaposição com a universidade e, “na verdade, os objetivos do Museu e da Universidade são paralelos e muitas vezes, se superpõem e se confundem. É curioso notar que até mesmo alguns vícios são comuns, e que as tentativas de os solucionar percorrem caminhos semelhantes” (Meneses, 1992, p.45 *apud* Soares, 2020, p.53). Como Ribeiro (2007), Almeida (2001) coaduna com a ideia de que os museus universitários precisam ir além dos

20 Do original: “In short, universities intrinsically and dynamically combine the creation of knowledge and the dissemination of it. This characteristic gives university museums and collections a unique articulation between objects and knowledge that this research aims at better understanding”. (Lourenço, 2005, p.3).

outros museus, atendendo às diretrizes gerais do *Código de Ética para Museus* do ICOM²¹ concomitantemente a:

[...] abrigar/formar coleções significativas para desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão; dar ênfase ao desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo; manter disciplinas que valorizem as coleções e as pesquisas sobre as coleções; participar da formação de trabalhadores de museus; propor programas de extensão: cursos, exposições, atividades culturais, atividades educativas baseadas nas pesquisas e no acervo; manter programas voltados para diferentes públicos: especializado, universitário, escolar, espontâneo, entre outros, dependendo da disponibilidade de coleções semelhantes na região e do interesse dos diferentes públicos. (Almeida, 2001, p. 5)

Seguindo o raciocínio das autoras citadas, Zenobia Kozak, em texto mais recente de 2016 e analisando o contexto inglês e norte-americano, corrobora a ideia da diferença intrínseca entre os museus universitários e os demais, pois afirma que as coleções formadas pelas universidades retêm os objetos “mais antigos, raros e importantes, fornecendo evidências materiais da progressão do ensino e do conhecimento, com valor intrínseco à universidade em termos de patrimônio institucional, bem como significado didático e cultural para o grande público”. (Kozak, 2016, on-line, tradução nossa)²².

Vale destacar aqui a Nova Definição de Museu e o quanto ela se aproxima dos preceitos elencados, até o momento, para os museus universitários. Aprovada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 24 de agosto de 2022, passa a definir que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM Brasil, 2022, on-line).

É interessante comparar a redação, o uso de determinadas palavras e a ordem em que as mesmas aparecem na nova definição em relação à anterior, aprovada em 24 de agosto de 2007, a saber:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e

21 “O Código de Ética para Museus do ICOM representa uma norma mínima para museus, a partir de princípios que direcionam para boas práticas profissionais. As seções indicam o que se espera de um museu: 1 – Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade; 2 – Os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento; 3 – Os museus mantêm referências primárias para construir e aprofundar conhecimentos; 4 – Os museus criam condições para fruição, compreensão e promoção do patrimônio natural e cultural; 5 – Os recursos dos museus possibilitam a prestação de outros serviços de interesse público; 6 – Os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades das quais provêm seus acervos, assim como com aquelas às quais servem; 7 – Os museus funcionam de acordo com a legislação; 8 – Os museus atuam com profissionalismo”. (ICOM, 2009, on-line)

22 Do original: “University museums have the potential to distinguish themselves from other museum types, as the collections formed by universities represent some of the oldest, most rare, and most important objects. These collections provide material evidence of the progression of teaching and knowledge, which hold intrinsic value to the university in terms of institutional heritage, as well as didactic and cultural significance to the greater public”. (Kozak, 2016, on-line)

do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM Portugal, 2019, on-line).

Aparentemente, a pesquisa passa a ser a atividade de maior incentivo em detrimento à aquisição, em segundo lugar, e os museus incorporam as comunidades como agentes ativos e construtores de experiências, ampliando o acesso e a inclusão com base no diverso e na sustentabilidade, substituindo a noção de um público apenas visitante. É particularmente instigante a troca das palavras “educação, estudo e deleite”, como finalidade, para “educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”, como meio promotor. Se deleite se refere a uma sensação de contentamento, prazer e gozo; fruição, reflexão e partilha são ações do indivíduo ou do grupo, nesse caso estimuladas pelo meio/ museu.

As mudanças da nova definição são notadamente positivas e, em certa medida, levam aos museus gerais (ou incentivam o maior desenvolvimento) a tríade ensino, extensão e pesquisa. No entanto, apesar do possível paralelismo, os museus universitários permanecem particularizados pela lógica acadêmica, de acordo com Hernandez (2008), seja pelos motivos de sua criação para fomentar o estudo, a pesquisa e os processos de aprendizagem entre docentes e estudantes, ou a presença de vínculo entre os objetos colecionados com algum professor, resultando na fragilidade da organização das coleções, da conservação e da documentação, sob o risco de serem dissociados ou descartados ao fim do interesse do pesquisador. Salienta igualmente que o título de museu pode não corresponder ao atendimento de requisitos básicos para de fato serem assim considerados, inclusive na efetivação de ações museais, técnicas e infraestruturais, não raras vezes com as obras dispersas em departamentos sem política de gestão. Somam-se a essas conclusões, o estabelecido por Ulpiano de Meneses como vantagens, deformações e dificuldades de um museu enquanto universitário:

Pode-se indagar se ao menos, os museus universitários têm conseguido, no país, articular as funções de conhecimento às demais. A resposta é negativa, infelizmente. Na verdade, várias universidades assumiram museus [...] mas se pode antes falar de museus *na* Universidade do que museus *da* Universidade. O museu *da* Universidade, isto é, o museu universitário propriamente dito, teria de integrar solidariamente as funções científico-documentais, educacionais e culturais da Universidade com a marca da ação museal e não apenas existir como museu que se vincula administrativamente à Universidade. Em outras palavras, é o ideal de curadoria dos museus americanos do século passado, ideal de integrar solidariamente propósitos científicos, de educação popular e profissional e de referência cultural que está fazendo falta. Não basta um museu *para* a Universidade, como tem sido frequente; é preciso um museu que atinja toda a sociedade *pela* Universidade. [...] um museu universitário não poderia ser apenas mais um (bom) museu, mas deveria ser totalmente universitário, sendo totalmente museu. (Meneses, 2000, p. 33).

Bruno (1997) destaca a reciprocidade entre universidade e museu, pois ambos se influenciam construtivamente, com a instituição de ensino contribuindo para a solidez dos museus, a presença de quadro técnico-científico qualificado e financiamento; em con-

trapartida, o museu potencializa as atividades, com livre-trânsito de especialistas, novas investigações e ser acessível ao público geral (ensino, extensão e pesquisa). Kozak (2016, on-line, tradução nossa) colabora com o raciocínio de Bruno com duas perguntas fundamentais: “Não é responsabilidade do museu universitário reconhecer a presença e o valor da universidade em suas exposições? Reflexivamente, não é tão vital que a universidade entenda e aprecie o papel de promoção institucional de seu museu no ensino, pesquisa e exibição?”²³. Assim, a reciprocidade dita por Bruno é ilustrada com a análise de Kozak, de que muito se escreve sobre as responsabilidades da universidade para com seu museu, mas o museu universitário deve oferecer algo em troca, afinal, o ensino superior está cada vez mais orientado para o mercado, e “os museus universitários podem atuar como inovadores patrimoniais” (Kozak, 2016, on-line, tradução nossa)²⁴, a partir da difusão da história universitária, suas coleções e acervos. Se os museus devem estar integrados às funções científicas, educacionais e culturais da universidade, de acordo com Meirelles (2015), é importante saber como se desenvolvem as ações e quais são as políticas para essas áreas, pois os museus universitários têm uma série de potencialidades que, de fato, os tornam um dos veículos mais eficientes para externalizar o contexto acadêmico, sendo uma das faces mais visíveis da universidade, articulando ensino, extensão e pesquisa de forma democrática, em benefício da população, e fazendo exercício crítico sobre a realidade social, universalização do conhecimento e projeções para o futuro.

Em contradição com o perfil ideal de mutualismo entre museus e universidade, Bruno (1997, p.49) enumera quatro “sintomas indiscutíveis” observados, que impedem os museus de serem absorvidos pela universidade de forma plena, demonstrando que nem sempre as instituições museais têm sido bem aceitas no âmbito da academia, quando há:

A inserção equivocada no organograma universitário, a ausência de instalações tecnicamente adequadas para a implementação do processo curatorial, o não reconhecimento da produção científica relacionada aos estudos museológicos, os impedimentos referentes à progressão das carreiras docentes e técnicas no âmbito dos museus [...]

Nesse sentido, Mendes (2020, p.33) também diz que “o potencial desses espaços é eclipsado por uma conjuntura que interfere no desenvolvimento de suas funções” e elenca problemas semelhantes aos enumerados por Meneses (2000), Bruno (1997) e Kozak (2016). Ribeiro (2013) e Fagundes (2019) comentam sobre os profissionais envolvidos com os museus universitários, confirmando que a organização, o funcionamento e a manutenção das coleções e dos acervos são fruto do empenho de docentes, técnicos e discentes, sofrendo, muitas vezes, falta ou descontinuidade de recursos que permitam a perpetuação do trabalho de forma segura e ocasionando franca instabilidade dentro da instituição museológica, somado ao desconhecimento e à invisibilidade dentro da universidade. Tal situação traz, como consequência, o pouco estímulo para que os cargos

23 Do original: “Is it not the responsibility of the university museum to acknowledge the presence and value of the university in its displays? Reflexively, is it not just as vital that the university understands and appreciates the institutional promotion role of their museum in teaching, research, and display?” (Kozak, 2016, on-line).

24 Do original: “university museums can act as heritage innovators” (Kozak, 2016, on-line).

de diretoria dos museus sejam assumidos, pois outras atividades no âmbito acadêmico conferem maior retorno, na forma de atuação temporal/política ou de desenvolvimento científico propriamente dito. Ainda, é notado o pouco investimento em programas de capacitação das equipes, que, inclusive, têm déficit de componentes, o que leva também à sobreposição de tarefas ao reduzido quadro funcional e à falta de clareza de atribuições de cada um. Os que se envolvem com a gestão dos museus universitários o fazem por motivos possivelmente subjetivos, como demonstra o depoimento de um desses profissionais, colhido por Silva Filho (2013, p.110 *apud* Ribeiro, 2013, p.97): “[...] cuidado dele [museu] porque ele é meu filho”. A instituição museológica é, de fato, “o reflexo do comportamento das pessoas que trabalham nela, em qualquer segmento que se encontrem”. (Soares, 2020, p.53).

Meirelles (2015) e Panisset (2017) se atêm, por sua vez, à política de gestão, na verdade, à sua inexistência ou restrita aplicação. Tanto a universidade quanto o Ministério da Educação apoiam pouco ou não o fazem, deixando sob a responsabilidade quase exclusiva dos museus a preservação das coleções, a interlocução com a comunidade acadêmica e o planejamento de ações. É comum que os museus universitários sejam ignorados nos planos de gestão financeira e desenvolvimento institucional, assim como suas equipes. Conjuntamente, a estrutura física quase sempre é adaptada, funcionando, por exemplo, ao mesmo tempo que outros departamentos ou sem ter um espaço físico adequado para as necessidades técnicas e de atendimento ao público (exposições, educativo e pesquisas). Além disso, as autoras apontam que falta em determinadas unidades museais a identidade que lhes permita reconhecer sua missão e sua estrutura de funcionamento, além de estabelecer diretrizes de aquisição. Assim, essa instabilidade faz com que poucos acervos tenham tamanha vulnerabilidade quanto ao descarte arbitrário de coleções e alienação de espaço, pois as ameaças de fechamento desses museus costumam se concretizar de forma célere ou, mais comum, a deterioração dos edifícios pela negligência de manutenção faz com que definham progressivamente até a ocorrência de incidentes, como no caso no Museu Nacional²⁵. “Nessa conjuntura, talvez o problema mais complexo dos museus universitários seja a universidade. Nela reside o poder de decisão — portanto, a sorte e o futuro dessas instituições”. (Meirelles, 2015, p.184).

Pensando ainda nos problemas, Lourenço (2005) e Kozak (2016) falam de realidades de museus universitários internacionais e é perceptível que a construção textual de ambas traz características que se aplicam aos museus brasileiros. Panisset (2017, p.82-83), por sua vez, identifica em seu trabalho, de maneira mais pormenorizada, pontos problemáticos comuns entre os museus universitários brasileiros e internacionais, ressaltando e sistematizando resumidamente o disposto acima ao longo dos últimos parágrafos, a saber:

[...] inexistência de políticas específicas endossadas pela universidade as quais assegurariam a continuidade de projetos e programas; diferentes vinculações po-

25 O Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1946, é a instituição de caráter museológico mais antiga do país, por funcionar com essa finalidade desde 1818. Com importante acervo na área de história natural e antropologia, é acometido por substancial incêndio em 2018. Suas condições precárias estavam sendo investigadas pelo Ministério Público dois anos antes do ocorrido, estimulado por sucessivas denúncias da sociedade civil. (G1, 2018, on-line)

lítico-administrativas com as próprias universidades; quadro deficitário de pessoal, acarretando sobrecarga de trabalho para os demais; insuficiência de programas de capacitação das equipes atuantes; falta de espaço adequado para abrigar suas coleções e inadequação de espaços para diferentes funções; grande disparidade em relação à pesquisa e ao ensino desenvolvidos pelos departamentos; tensões nas relações com departamentos (entre professores, estudantes e funcionários) e com as comunidades universitária e local; abandono das coleções; falta de tratamento correto do acervo; dificuldades no planejamento e na organização de exposições e reserva técnica; tratamento inadequado da informação; falta de planejamento de ações integradas de pesquisa, educação e comunicação; dentre outras. A lista é longa e, ainda assim, não exaustiva.

Fica evidente que a complexidade das coleções, acervos e museus universitários ultrapassa a simples classificação por vínculo à instituição de ensino superior. Albuquerque e Frozza (2019), por exemplo, dizem ser típico do museu universitário manter-se tutelado a uma universidade, associar suas funções às da instituição e sustentar como público principal a comunidade acadêmica, mas questionam o que de fato significam essas particularidades. Algumas respostas podem ser encontradas acima: entre bônus e ônus para as duas instâncias, museu e universidade, quando postos em conjunto, podem crescer e dinamizar o conhecimento a partir de pesquisas, porém também se arriscam ao ostracismo, à burocracia e à falta de investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos autores consultados, podem-se colocar justapostas as universidades brasileiras e internacionais quanto às questões que envolvem coleções, acervos e museus universitários, e as semelhanças nas instituições brasileiras são ainda mais evidentes. Almeida e Bruno discorrem sob o contexto da Universidade de São Paulo; Julião e Panisset, da Universidade Federal de Minas Gerais; Soares, da Universidade de Brasília; Albuquerque, Frozza e Fagundes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mendes, da Universidade Federal de Lavras. Seus textos, escritos de 1997 a 2020, são facilmente encadeados em conjunto. Além de demonstrarem realidades comuns, também evidenciam que pouco se altera ao longo de treze anos. Provavelmente por isso, as discussões quanto às coleções, aos acervos e aos museus universitários se fazem cada vez mais presentes entre os especialistas do campo, não significando, entretanto, que são iniciativas recentes, já que datam desde a década de 1990 na forma de eventos, legislações e redes de museus universitários. Afinal, asseverar importância aos museus universitários “[...] inclui também pesquisar, recuperar, salvaguardar e disseminar informações sobre seus encontros, suas principais discussões e recomendações, não apenas sobre a documentação em museus universitários, mas a documentação sobre os museus universitários.” (Soares, 2020, p.33).

Para ratificar a inferência proposta acima, Meirelles (2015) afirma que os profissionais vinculados a museus universitários têm participado assiduamente de eventos da área museal, inclusive organizando alguns desses, contribuindo com discussões e divulgan-

do ações desenvolvidas, além de aparelhar desafios comuns com as demais instituições museológicas. O primeiro fruto dessa organização ocorre, em 1992, com o 1º Encontro Nacional de Museus Universitários, realizado em Goiânia, possibilitando a articulação entre os presentes para estruturar melhores condições de pesquisa, conservação e difusão do patrimônio museal universitário, oportunizando a criação do Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), descrito de acordo com antiga presidente²⁶:

O Fórum Permanente de Museus Universitários foi criado com o objetivo de propor e estimular a construção coletiva, inclusive de políticas que contemplem esses museus, com suas características e peculiaridades. Mas é uma construção *com* [todos] e não *para* aqueles que continuam acomodados. (Ribeiro, 2014 *apud* Meirelles, 2015, p.192).

Entre agosto e setembro de 2023, ocorre o *VII Fórum Permanente de Museus Universitários* (VII FPMU)²⁷, no intuito de, como pontuado acima, reunir profissionais, professores, pesquisadores e estudantes de diferentes locais para debater sobre as coleções e museus existentes nas instituições de ensino superior do país, além de sugerir a criação de uma política pública voltada para os museus universitários nacionais, baseada em critérios comuns, experiências locais e no pensamento conjunto sobre pesquisa, identificação, gestão, organização e preservação de acervos e coleções, a fim de apoiar, valorizar e difundir os diversos processos museológicos em curso. O tema do evento revisita essa trajetória de discussões: *30 anos depois... para que(m) ainda serve(m) os museus e coleções universitárias*²⁸.

Internacionalmente, registra-se, em 2000, o interesse da comunidade museológica pelos museus universitários, por meio da redação da *Declaração de Halle – Patrimônio acadêmico e universidades: responsabilidade e acesso ao público* e da criação da comissão internacional especializada em museus universitários pelo ICOM, a *University Museums and Collections* (UMAC), com desenvolvimento de reuniões anuais para reflexão/ atenção sobre as demandas específicas desses museus e coleções (Fagundes, 2019).

UMAC²⁹ é um comitê do ICOM que protege globalmente coleções e museus de quaisquer disciplinas do ensino superior, além de apoiá-los para o constante crescimento, por considerá-los relevantes instrumentos para pesquisa, educação e salvaguarda do patrimônio científico, cultural, histórico e natural, tendo como missão o auxílio à sociedade, em favorecimento a todos (UMAC, 2017, tradução nossa)³⁰. Nesse sentido, em 2013, reconhece as coleções e os acervos universitários como patrimônio mundial, por contribuírem com a preservação da história das instituições, com o ensino e a pesquisa

26 No ano de 2014, Meirelles traz Maria das Graças Ribeiro como presidente do Fórum Permanente de Museus Universitários, sendo esta entrevistada para sua pesquisa.

27 Inicialmente, a periodicidade definida para o Fórum seria de dois anos, mas essa frequência não se manteve.

28 Ocorre no Rio de Janeiro entre os dias 28 de agosto e 01 de setembro.

29 O UMAC está sujeito aos Estatutos do ICOM, Regras Internas, Código de Ética para Museus, Regras para Comitês Internacionais e decisões relevantes da Assembleia Geral e do Conselho Executivo (UMAC, 2017).

30 Do original: "UMAC is the global advocate for higher education museums and collections of all disciplines. UMAC supports the continued development of university museums and collections as essential resources dedicated to research, education, and the preservation of cultural, historic, natural and scientific heritage". (UMAC, 2017, on-line)

de docentes, estudantes e técnicos, e com a educação patrimonial do público em geral (UMAC, 2013).

No Brasil, durante a reunião anual do ICOM Brasil, em 2017, outra iniciativa é formalizada, após três anos de sua existência: a Rede Brasileira de Museus e Coleções Universitárias. A Rede é composta por voluntários, sem consolidar uma associação, com interessados quaisquer na temática, sejam alunos, profissionais, professores ou técnicos, se comunicando em um primeiro momento pelo *Google Groups* da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários e conversas via *Skype* (Soares, 2020). Com a evolução da proposta, fomenta-se a posteriori a condução de reuniões paralelas nos eventos da área de museologia no país. Segundo Maurício Silva (2019), os maiores objetivos da Rede são a “preservação e divulgação do acervo museológico universitário”, além de:

- 1) Estabelecimento de um campo de diálogos que sirva também como fórum de debates sobre o tema; 2) Criação de uma base de dados aberta que reúna informações sobre pessoas e instituições relacionadas às coleções e museus universitários; 3) Diagnóstico e proposições de recomendações e de políticas públicas para o setor. (Silva, 2019, p. 300).

Somado à Rede Brasileira, algumas universidades também criaram suas redes internas, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), dentre outras. As redes parecem ser um estímulo à parceria e à conexão entre os pares, compartilhando dificuldades que podem ser resolvidas em conjunto ou a partir do exemplo de experiências individuais de cada universidade, sendo uma maneira eficaz de gerar organicidade, além de possibilitar o intercâmbio dos conteúdos informacionais de importância para preservação da memória institucional. Ao valorizar as redes de museus universitários como uma alternativa de gerenciamento, é possível considerar uma oportunidade de aproximação conceitual e prática com a ciência da informação. “Para entender museus universitários e redes de museus universitários é necessário compreender como estes se organizam, [...] com dados concretos sobre o cenário nacional e internacional”. (Soares, 2020, p.102)

A Plataforma Digital da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, referida antes, é criada em janeiro de 2021, sendo pensada na forma de um repositório de dados sobre coleções e museus universitários, possuindo consulta de acesso livre e cadastro efetivado por solicitação enviada ao e-mail dos coordenadores. O recurso digital traz, em 2023, 694 Coleções e Museus Universitários Brasileiros registrados, sendo 368 federais, 204 estaduais, 103 privados e 9 administrados por municípios, organizações não governamentais ou em parcerias público-privadas³¹. Além da consulta aos museus universitários brasileiros listados no *University Museums and Collections Committee of The International Council of Museums (UMAC/ICOM)*³², outra elaboração, a partir de projeto

31 Dez não preencheram o tipo de instituição.

32 O patrimônio cultural das universidades é bastante heterogêneo, assim como os locais de salvaguarda, sendo relevante citar que há exemplares na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, o que demonstra a importância e qualidade dos acervos. O site hospedado pela UMAC (<http://umac.icom.museum>) permite que se explore uma diversidade de museus e coleções universitárias em todo mundo, todavia encontra-se defasado quanto às instituições brasileiras. (UMAC, 2021)

lançado em maio de 2021, é o Mapa de Museus Universitários no Brasil³³ disponível para consulta gratuita em ambiente virtual.

Desse modo, conclui-se que as variadas e consistentes iniciativas dos profissionais vêm consolidando um campo de discussão cada vez mais robusto. Soares (2020, p.58) chega a citar que o UMAC, já em 2019, considera que a prática e a teoria nos espaços profissionais universitários estão se tornando interativas e que a Museologia no ensino superior é uma especialidade emergente. Todavia, acredita-se que as universidades necessitam elaborar políticas que envolvam os atores que atuam diretamente sobre as coleções e os acervos, mas também que se estendam a toda comunidade acadêmica, além de terem uma abordagem holística, capaz de não ser restrita e dependente apenas de uma gestão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. C.; FROZZA, M. O. Museus de arte universitários: vocação, especificidades e potencialidades. **Concinnitas**, vol. 20, n. 36, p. 289-310, 2019.
- ALMEIDA, A. M. **Museus e coleções universitários**: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação e Documentação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/publico/TDE.pdf> Acesso em: 15 nov. 2024
- ALMEIDA, A. M. Os públicos de museus universitários. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 12, p. 205-217, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109446> Acesso em: 15 nov. 2024
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRASIL. Lei Nº11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em: 15 nov. 2024
- BRUNO, M. C. A indissolubilidade da pesquisa, ensino e extensão nos Museus Universitários. **Caderno de Sociomuseologia**, Lisboa, vol. 10, n. 10, p. 47-51, 1997. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/301> Acesso em: 15 nov. 2024
- COLEÇÃO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cole%C3%A7%C3%A3o/> Acesso em: 15 nov. 2024
- COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC); CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Statement of principles of museum documentation: executive summary**. 2012. Version 6.2. Disponível em: https://cidoc.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/6/2018/12/principles_exec_summary_6_2.pdf Acesso em: 15 nov. 2024
- COUNCIL OF EUROPE; COMMITTEE OF MINISTERS. **Recommendation Rec(2005)13 of the Committee of Ministers to member states on the Governance and management of university heritage**. Disponível em: [https://www.universeum-network.eu/docs/doc/RecommendationRec\(2005\)13_EN.pdf](https://www.universeum-network.eu/docs/doc/RecommendationRec(2005)13_EN.pdf) Acesso em: 15 nov. 2024
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- FAGUNDES, L. K. **A função social de um museu universitário**: tempos e percurso biográfico do Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Museologia da

33 Disponível em <https://indd.adobe.com/view/44e9e5e0-0c20-4bd0-936a-3ab0e14900a1> em Projeto coordenado pelo professor Marcus Granato, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), em parceria com Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/items/43511c4d-da89-4566-a632-c4862945d87c> Acesso em: 15 nov. 2024
- GIL, F. B. Museus universitários: sua especialidade no âmbito da museologia. In: SEMEDO, A.; SILVA, A. C. F. da. **Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários**: homenagem a Fernando Bragança Gil. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 33-52. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7644.pdf> Acesso em: 15 nov. 2024
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL (ICOM Brasil). Código de Ética para Museus. 2009. Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf Acesso em: 15 nov. 2024
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL (ICOM Brasil). ICOM aprova Nova Definição de Museu. 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756> Acesso em: 15 nov. 2024
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS COMMITTEE FOR UNIVERSITY MUSEUMS AND COLLECTIONS (ICOM UMAC). [Site institucional]. Disponível em: <http://umac.icom.museum> Acesso em: 15 nov. 2024
- INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS PORTUGAL (ICOM Portugal). Sobre a proposta da nova definição de Museu. 10 set. 2019. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2019/09/10/sobre-a-proposta-da-nova-definicao-de-museu/> Acesso em: 15 nov. 2024
- JULIÃO, L. Museu e coleções universitárias. In: MORENO, A.; NASCIMENTO, A. (org.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, p.13-24.
- KOZAK, Z. R. *The Role of University Museums and Heritage in the 21st Century*. **The Museum Review**, vol. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://themuseumreviewjournal.wordpress.com/2016/12/12/vol1no1kozak/> Acesso em: 15 nov. 2024
- LOURENÇO, M. C. **Between two worlds: the distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Técnica e Museologia do *Conservatoire National des Arts et Métiers*, Paris, 2005. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~mclourenco/chapters/MCL2005.pdf> Acesso em: 15 nov. 2024.
- MEIRELLES, L. M. **Museus Universitários e Políticas Públicas**: Gestão, experiências e dilemas na Universidade Federal de Uberlândia, 1986 – 2010. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16333/1/MuseusUniversitariosPoliticass.pdf> Acesso em: 15 nov. 2024
- MENDES, P. M. **O patrimônio museológico universitário**: a formação das coleções da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br:8080/handle/1/48479> Acesso em: 15 nov. 2024
- MENESES, U. T. B. O museu e o problema do conhecimento. In: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS: PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 33.
- O QUE se sabe sobre o incêndio no Museu Nacional, no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 04 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml> Acesso: 15 nov. 2024
- PANISSET, A. **A documentação como ferramenta de preservação**: protocolos para documentação e gestão do acervo artístico da UFMG. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LOMC-BC2GCX> Acesso em: 15 nov. 2024
- REDE BRASILEIRA DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS (RBCMÚ). [Site institucional]. Disponível em: <http://rbcmu.com.br/> Acesso em: 15 nov. 2024
- RIBEIRO, E. S. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S.L.], vol. 2, n. 4, p. 88-102, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16366> Acesso em: 15 nov. 2024

RIBEIRO, O. M. M.; SILVA, A. H. S. M.; VITORINO, G. T. Universidade, arte e cidadania: um estudo sobre o espaço cultural da Universidade de Fortaleza. **Revista Humanidades (Descontinuada)**, Fortaleza, vol. 29, n. 1, p. 86-101, 2014. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rh/article/view/4687> Acesso em: 15 nov. 2024

RIBEIRO, M. G. Universidade, museus e o desafio da educação, valorização e preservação do patrimônio científico-cultural brasileiro. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. S.; DOS SANTOS, M. S. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, Minc/ IPHAN/ DEMU, 2007. p. 20-47.

SILVA, M. C. A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. **Revista CPC**, São Paulo, vol. 14, n. 27, p. 297-309, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152250>. Acesso em: 15 nov. 2024

SOARES, M. S. **Museus universitários, encontros e redes de museus**: estratégias de articulação e reconhecimento. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/jspui/bitstream/10482/38716/1/2020_MariannadeSouzaSoares.pdf Acesso em: 15 nov. 2024

STANBURY, P. University museums and collections. **Museum International**: university museums, vol.52, n.2, p. 4-9, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000119845> Acesso em: 06 dez. 2024

WEBER, C. *University Collections. European History Online (EGO). The Leibniz Institute of European History (IEG)*, 2012. Disponível em: <http://ieg-ego.eu/en/threads/crossroads/knowledge-spaces/cornelia-weber-university-collections> Acesso em: 15 nov. 2024